

UMA LEITURA DOS DEVERES DO PROFESSOR E DO ALUNO NO DISCURSO OFICIAL

Maria Helena Fernandes Cardoso*

Este estudo tem como preocupação centrar algumas reflexões sobre a linguagem. E, por objetivo, questionar a consciência do homem quando este produz a linguagem, isto é, a prática do discurso e a reflexão sobre problemas que se originam dessa prática.

O texto que constitui o escopo desta análise refere-se aos deveres do professor e do aluno contidos nos regimentos de algumas escolas estaduais de Minas Gerais.

Visando à melhor compreensão, dividimos a análise em duas partes. A primeira apresenta uma questão inicial que objetiva entender o significado dos deveres atribuídos ao professor e ao aluno. A segunda discute a circularidade encontrada no discurso — uma mistura do homem coisificado com os objetos no mundo.

Eis o texto em pauta:

Art. 198 — São deveres do professor:

- I. vestir-se decentemente para os trabalhos de docência e fazer uso de jaleco;*
- II. manter irrepreensível conduta dentro e fora da classe;*
- III. obedecer às condições de trabalho, às normas e regulamentos da Instituição;*
- IV. respeitar as determinações de seus Superiores;*

Deveres do pessoal discente:

Art. 199 — O aluno deverá obedecer aos preceitos da boa educação nos seus hábitos, atitudes e palavras, tendo especial acatamento quanto à ordem e à disciplina, bem como:

- I. reconhecer e acatar, na hierarquia, os diferentes níveis de autoridade: o diretor, o vice-diretor, especialistas e professor;*
- II. tratar com urbanidade os colegas, os professores e autoridades da escola;*
- IV. apresentar-se sempre corretamente uniformizado com o máximo asseio e alinhio;*
- V. treinar durante as aulas, atitudes e habilidades de respeito e atenção como:*
 - falar baixo;*
 - olhar para a pessoa que fala;*
 - esperar sua vez para falar;*

* Professora do Departamento de Pedagogia da UFU

– falar um de cada vez;

– outras condutas.

VI. *não incitar os colegas à prática de atos rebeldes, abstendo-se de colaborar em faltas coletivas.*

1. SIGNIFICAÇÃO DOS DEVERES ATRIBUÍDOS AO PROFESSOR E AO ALUNO

A leitura desse documento levou-nos, inicialmente, à questão: qual é a concepção de deveres atribuídos ao professor e ao aluno?

Numa primeira análise, sob o ponto de vista do discurso, a estrutura do significado assim se apresenta: as informações aparecem pré-determinadas, prendendo os interlocutores no espaço do instituído, não possibilitando na relação educadora uma experiência de “envolvimento”, em que o professor experimenta sempre de novo a ação que ele exerce sobre o aluno, da mesma forma que o aluno a experimenta.

É uma relação que não constitui uma fonte de onde nascem as leis que regulamentam a conduta do professor e do aluno.

Conseqüentemente, o fundamento primeiro da pedagogia, o diálogo (poder de duas pessoas entrarem em relação, de invocarem-a verdade), não acontece.

Os símbolos não são utilizados de modo a criar um novo significado a partir de significações anteriores. Há uma exclusão do sujeito.

Nessa dimensão, o professor é apenas aquele que repassa um conhecimento, porém incapaz de determinar seu próprio comportamento.

Sendo ele o sujeito do discurso pedagógico, não encontra meios de desenvolver uma palavra que leve o aluno a uma expressão mais significativa que o prepare para a sua tarefa.

Desse modo, a questão ética da educação se situa no plano da ação em que o homem é colocado à prova – uma pessoa chamada a tomar conhecimento de si e do mundo, mas no sentido de se estabelecer uma série de proibições, de mandamentos que explicam o que deva ou não ser feito.

Caracteriza-se o discurso regimental como um discurso que não permite a reversibilidade.

Na perspectiva deste trabalho, tentamos colocar como alternativa o discurso dialógico em que a relação se afirma no diálogo. Diálogo que expressa o “envolvimento” das pessoas numa situação concreta.

Desse modo, a verdadeira relação possibilita que o ser do professor influencie o ser do aluno (reversibilidade).

Então, a partir daí, evidencia-se que o princípio ético se afirma como origem das leis.

Ética significando, porém, a expressão de independência do homem ou o poder de elaborar ele próprio a lei que fundamenta o seu agir.

2. A CIRCULARIDADE ENCONTRADA NO DISCURSO – UMA MISTURA DO HOMEM COISIFICADO COM OS OBJETOS DO MUNDO

Nessa segunda parte, identificam-se definições rígidas em que a preocupação com a homogeneização substitui o conceito de unidade. Assim, não há possibilidade de sair da situação de simples fazer por fazer, ou melhor, sair das determinações ideológicas.

Nesse ponto de vista, professor e aluno são considerados no conjunto dos objetos do mundo como um objeto a mais. O homem é simples "fazedor" das coisas.

É evidente, porém, que o trabalho do professor e do aluno não deixa de ser uma construção, se bem que dissimulado na dominação da situação do fazer sem refletir.

Simplees fazedores das coisas estão bem refletidos nos ítems:

"obediência às condições de trabalho, às normas e regulamentos da Instituição;"

"reconhecer e acatar na hierarquia escolar os diferentes níveis de autoridade: o diretor, o vice-diretor, especialistas e professores;"

Numa primeira leitura tem-se a impressão de que o trabalho do professor e do aluno é mecânico, tendo em vista as amarras das estruturas e a subjugação descrita nos ítems.

Essa rigidez das normas coisifica brutalmente o homem, levando-o a perder cada vez mais a sua identidade como sujeito no mundo.

E o texto, mais uma vez, apresenta deveres impostos pela lógica da organização social, na divisão e exploração do trabalho, considerando o homem mais um objeto da engrenagem social. Tende assim a condená-lo a viver apenas a circularidade do fazer.

E mais as expressões:

"manter irrepreensível conduta dentro e fora da classe;"

"não incitar os colegas à prática de atos rebeldes, abstendo-se de colaborar em faltas coletivas;"

apresentam duplo sentido. O primeiro, estritamente temático e o segundo, mais

profundo, um alargamento da idéia de dominação. Tanto um mundo opressor à sua volta, como um mundo sem sentido dentro de si.

Para além dos deveres mencionados é proibido montar um diálogo e sair do esquema. Há um estreitamento da comunicação. É a função da censura.

Assim, a consciência concreta da prática do dia-a-dia é mal vista e perigosa.

Aparece, ainda no texto, uma sutil referência à relação de posse e uma falta de identificação com as coisas do mundo:

“treinar durante as aulas, atitudes e habilidades de respeito e atenção, como:

- falar baixo;
- olhar para a pessoa que fala;
- esperar sua vez para falar;
- falar um de cada vez;
- outras condutas.”

Aqui é bem expressa a violência do discurso (do logos) na busca de sentido do modo de ser do homem no mundo escolar. Significa que o homem ao pronunciar o seu sentido de estar no mundo o faz de uma forma profundamente violenta. Violenta, porque entre “EU” e “TU” não há diálogo. O homem como comunicador pode impor certo dinamismo às coisas ou como receptor pode-se sentir violentado pelo discurso do outro.

Finalmente, uma outra leitura do texto mostra que o homem percebe que na condição de explorado economicamente é possível o cumprimento das determinações:

“vestir-se decentemente para os trabalhos de docência e fazer uso do jaleco;”

“apresentar-se sempre corretamente uniformizado, com o máximo asseio e alinhado;”

E, nesse jogo dialético, mistura de salário baixo e exigência de aparência ele vê a impossibilidade de absolutizar a alienação e fura esse esquema.

Essa possibilidade de ruptura o conduz ao conhecimento profundo da relação homem-mundo. Estrutura que abala a organização social. É o momento do rompimento da consciência ingênua para a consciência crítica. É um crescimento das estruturas externas (o diálogo) e o crescimento interno da própria estrutura do homem.

CONCLUSÃO

O objetivo dessas considerações sobre o texto: “deveres do professor e do aluno” foi a busca de resposta para a questão: qual a concepção de deveres atribuídos ao professor e ao aluno?

O ponto central dessa questão, que dá ênfase ao texto, é o profundo sentido

de violência humana, entendida enquanto "violência do discurso".

Pretende o discurso do regimento escolar ser um discurso educativo. Entretanto, os deveres são expressos de uma forma impositiva. Não se diferenciam as normas propostas para o aluno das normas propostas para o professor. Isto porque os dois são tomados como um objeto a mais no conjunto dos objetos do mundo.

A linguagem do texto constitui uma arma para o controle da escola e o discurso é formal, não deixando espaço para a existência do ouvinte como sujeito. Nesse discurso, o ouvinte permanece na posição de ouvinte e o locutor na posição de locutor.

Do ponto de vista do discurso dialógico, o professor deve construir seu discurso deixando nele espaços a serem ocupados pelo o aluno.

Nesse sentido, há possibilidade de o próprio aluno se colocar como ouvinte. Isto significa saber ser ouvinte do próprio discurso e do outro.

Segundo o que observamos nesta análise sobre a significação do homem coisificado com os objetos no mundo, o que caracteriza o discurso regimental é a quebra das leis discursivas: o interesse, a criatividade.

Entre todas as mediações da escola, o discurso regimental se transforma em fim em si mesmo.

O aluno faz uma imagem de si mesmo e do professor, influenciado pela imagem que ele deve fazer da posição que ocupa o professor. Assim, na relação entre os dois, há uma aceitação e exploração das representações: o professor como autoridade e o aluno, aquele que deve obedecer.

Seria oportuno, nesse passo, um comentário a respeito da possibilidade de saída da situação do fazer simplesmente por fazer, para a compreensão de que a existência humana depende da linguagem. Linguagem que é uma aquisição social, parte do mundo com os outros. É através dela que o homem vai ao encontro com o outro e aí se dá a intersubjetividade.

Nessa perspectiva, o homem, na busca de expressão do seu mundo, desenvolve suas habilidades de questionar e procura outros sentidos. Propõe novas possibilidades, novos projetos.

O projeto é o que assume o diálogo como desejo realizável, através da imaginação criadora. Esse diálogo se realiza no discurso que propõe uma palavra dinamizadora, um discurso pleno de significado.

É, portanto, no encontro dialógico, ao se realizar a abertura do inter-humano, que o homem dá significado à sua existência.

A linguagem pode propor formas vazias de sentido, entretanto o homem po-

de cruzar a metalinguagem e se apropriar do discurso que o leve à função do diálogo "EU" e "TU".

Diante de tudo isso, pode estabelecer uma relação entre ele e o outro. Cada uma dessas funções define sua identidade própria e é portadora do ser. E, como tal, é o lugar onde o sujeito se revela.

Pela palavra o homem fundamenta sua existência e determina relações com os outros.

Fica evidente que a mensagem do professor deve ser a que beneficie o seu aluno, que seja uma palavra repleta de carga semântica que o transforme em homem. Palavra que realmente o leve a dizer algo de si, tornando-o sujeito de uma palavra original e criativa.

Isso posto, reforça-se a idéia de que os valores éticos são os que dão origem às normas de ação e determinam os modelos de comportamento ético na sociedade escolar.

Por isso, percebe-se que a questão ética existe na medida em que há no homem um poder de ação capaz de dar a si mesmo a sua lei. Lei que se expressa nas situações concretas.

Compreende-se, a partir daí, que a lei expressa normas concretas para cristalizar uma atitude criativa da existência histórico-social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. Filosofia da ciência, introdução ao jogo e suas regras. São Paulo, Brasiliense, 1981. 175 p.

BUBER, Martin. Eu e Tu. Trad. Newton Aquiles von Zuben. São Paulo, Cortez e Moraes, 1977. 170 p.

_____. Do diálogo e do dialógico. Trad. Marcelo Dascal. São Paulo, Perspectiva, 1982. 171 p.

_____. Da função educadora. Reflexão. Campinas (25): 5-23, maio/ago., 1982.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso. São Paulo, Brasiliense, 1983. 237 p.

_____. A escola e suas mediações; como se usa o material didático. Educação e Sociedade. São Paulo, (16): 138-45, dez., 1983.

NOVASKI, Augusto João Crema. Fenomenologia da ação; proposta de uma filosofia da educação a partir da fenomenologia de Paul Ricoeur. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1984. 112 p. (Tese, Doutorado).

REZENDE, Antônio Muniz de. A análise pedagógica do discurso. In: Iniciação teórica e prática às ciências da educação. Petrópolis, Vozes, 1979. p. 83-110.

_____. Fenomenologia e dialética. In: FORGHIERI, org. Fenomenologia e psicologia. São Paulo, Cortez, 1984. p. 35-47.

VON ZUBEN, Newton Aquiles. Eclipse do humano e a força da palavra. Reflexão. Campinas, (13): 108-27, jan./abr., 1979.

_____. O primado da presença e o diálogo. Reflexão. Campinas, (23): 24-31, maio/ago., 1982.

_____. Diálogo e existência no pensamento de Buber. In: FORGHIERI, org. Fenomenologia e psicologia. São Paulo, Cortez, 1984. 7-17 p.